

## **Indústria extrativista e mobilidade do capital e do trabalho na Amazônia Legal Maranhense**

### **Extractive industry and mobility of capital and labour in the Legal Amazon Maranhense**

*Allison Bezerra Oliveira*

Professor Adjunto na UEMASUL  
Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA - GPS  
[allisonbZR@gmail.com](mailto:allisonbZR@gmail.com)

*Daniely Lima Silva*

Bolsista de Iniciação Científica em Geografia – UEMASUL  
Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA - GPS  
[daniely.slyma@gmail.com](mailto:daniely.slyma@gmail.com)

*Maria da Conceição Mesquita Leal*

Bolsista de Iniciação Científica em Geografia – UEMASUL  
Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA - GPS  
[mharya.leall@gmail.com](mailto:mharya.leall@gmail.com)

#### **Resumo**

Discute-se neste artigo a dinâmica recente de mobilidade do capital e do trabalho na Amazônia Legal maranhense mediante a implantação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz. Considera-se dois grandes grupos para a mobilidade do trabalho: o migrante laboral temporário, pouco qualificado e destinado a atuar na construção da fábrica, e o migrante permanente, com maior nível de formação, destinado a atuar no funcionamento da fábrica. Foram produzidos mapas e gráficos conceituais, comparando os períodos anterior e posterior à implantação fabril, com dados coletados na Relação Anual de Informações Sociais do MTE (2018) e no Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho do MTE (2018), ambos vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego. Os resultados sugerem que, como outrora, os grandes projetos extrativistas fincados no Maranhão tendem a atrair migrantes em busca de emprego e renda, contribuindo para que essa seja uma das características da formação socioeconômica do estado.

**Palavras-chave:** Fluxos migratórios, mobilidade do capital, Amazônia Legal, Maranhão.

#### **Abstract**

This article discusses the recent dynamics of capital and labour mobility in the Legal Amazon of Maranhão through the implementation of Suzano Papel e Celulose in Imperatriz. Two large groups are considered for labour mobility: the temporary, low-skilled labour migrant and the permanent migrant, with a higher level of training, to work in the factory. Based on data collected in MTE's Annual Social Information Report (2018) and MTE's Labor Statistics Dissemination Program (2018), both maps were linked to the Ministry of Labor Statistics of Labor and Employment. The results suggest that, as in the past, the large extractive projects in Maranhão tend to attract migrants in search of jobs and income, contributing to this being one of the characteristics of the socioeconomic formation of the state.

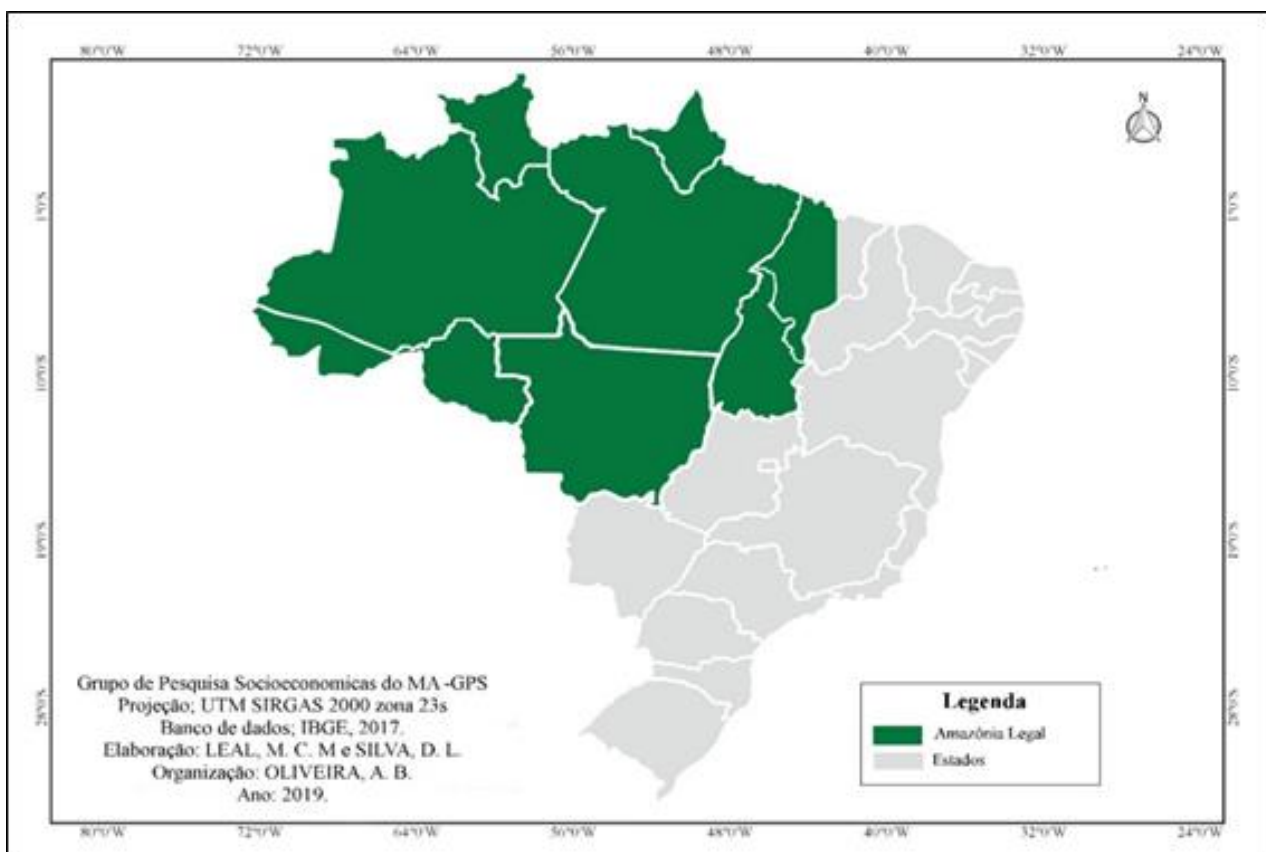
**Keywords:** Migration flows, Capital mobility, Legal Amazon, Maranhão.

## 1. INTRODUÇÃO

As atividades produtivas têm no processo de desenvolvimento humano forte impacto nos seus deslocamentos sobre a Terra. Com a constituição e o avanço do capitalismo enquanto sistema econômico global, amparado cada vez mais pelo progresso técnico - sobretudo o comunicacional e o de transporte -, a mobilidade populacional na Terra alcançou níveis cada vez maiores e mais dinâmicos. Isso implica considerarmos que mesmo não sendo o único elemento dentro do processo migratório, as dinâmicas econômicas são preponderantemente as principais impulsionadoras e coordenadoras dos processos e contornos da mobilidade populacional no mundo capitalista.

Há nessas questões inegáveis transformações impulsionadas pelos inúmeros espaços produzidos e territórios constituídos por grupos migrantes, que migram pelos mais diversos motivos. Especificamente no Maranhão não seria diferente. No processo de formação socioeconômica do estado, durante o período colonial, à época das capitânicas hereditárias, as atividades econômicas desenvolvidas em seu território foram fundamentais para atração temporária e definitiva de pessoas.

Nesse contexto, as particularidades geográficas estaduais, sobretudo a demarcação territorial da Amazônia Legal, ocorrida no final do século XX, colocaram o Maranhão na posição de importante estado de transição entre as regiões Norte e Nordeste, além de importante fronteira agrícola dentro de um contexto geopolítico de recursos naturais estratégico no Brasil. (BECKER, 1985, 2001, 2007).



**Figura 1 - Amazônia Legal.**

**Fonte:** Os autores a partir da base de dados do IBGE (2018).

Na consolidação de uma histórica “economia de fronteira”, o Maranhão foi inserido no modelo produtivo primordialmente vinculado ao setor primário: pecuária, agricultura, mineração e extrativismo vegetal. Ao longo do tempo, este assumiu relevante papel na constituição dos contornos atualmente observados, seja na modalidade de subsistência praticada por grupos tradicionais, seja na reestruturação produtiva focada no mercado externo, a partir de grandes projetos na região.

Para além das questões vinculadas a transformações no espaço geográfico e uso de recursos naturais (OLIVEIRA *et al.*, 2018), há outras questões políticas envolvidas na implantação desses projetos de reestruturação na Amazônia Legal maranhense que devem ser compreendidas ao passo que influenciam diretamente nas mudanças no trabalho industrial (OLIVEIRA, 2018). Nesse cenário, destaca-se a implantação da nova unidade fabril da Suzano Papel e Celulose, no município de Imperatriz, circunscrito na Amazônia Legal do estado. Tal empresa, vinculada também ao extrativismo arbóreo, demanda enorme mobilidade de capital (e conseqüentemente de trabalho) em seus processos de reestruturação.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo discutir a mobilidade do trabalho e do capital desencadeada pela implantação da atividade industrial em destaque na Amazônia Legal maranhense, mais especificamente no município de Imperatriz, e a atração de trabalhadores para atuarem nesse processo. Como consequência, busca compreender a constituição de dois grupos principais de migrantes laborais instituídos a partir da mobilidade do grande capital para a região: trabalhadores da construção civil, envolvidos na edificação da fábrica, e trabalhadores de maior formação intelectual, atraídos para trabalhar no funcionamento da fábrica.

Além desta introdução, metodologia e considerações finais, este artigo encontra-se estruturado nas seguintes seções: *O papel dos fluxos migratórios na formação socioeconômica do Maranhão*, em que se aborda o processo de ocupação no estado do Maranhão a partir de fluxos migratórios e ciclos socioeconômicos; *Migração e mobilidade do trabalho*, no qual se discute a relação entre a mobilidade do capital e do trabalho, sobretudo a partir dos processos de reestruturação advindos do capitalismo; e *Indústria extrativista e mobilidade do capital e do trabalho na Amazônia maranhense*, em que são apresentados e discutidos dados do que se pode considerar o mais recente fluxo migratório na Amazônia maranhense, desencadeado pela mobilidade do capital a partir da implantação da fábrica da Suzano Papel e Celulose e sua necessidade de força de trabalho.

## 2. O PAPEL DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MARANHÃO

O processo de ocupação do Maranhão deu-se a partir de duas frentes: a litorânea, iniciada em princípios do século XVII e caracterizada por ações da Coroa portuguesa (sobretudo aquelas para conter as invasões holandesas) e dos jesuítas e particulares sobre terras ocupadas pelo gentio nos vales dos rios Itapecuru, Pindaré, Mearim e Munim. Nessa área, que corresponde ao norte do Maranhão, desenvolveram-se principalmente a agricultura de subsistência e a agroexportação (CABRAL, 1992; MESQUITA *et al.*, 2015).

O extrativismo em suas mais diversas formas sempre foi o foco dos processos e ciclos econômicos estabelecidos no Maranhão e, como tal, conduziu parte expressiva dos fluxos migratórios em direção ao estado; os migrantes no período colonial atuaram na expansão da produção de arroz e algodão no Maranhão, na extração de borracha, frutos e castanha na Amazônia (ABREU, 1998; BENCHIMOL, 1992; COUTINHO, 1994; VIVEIROS, 1954).

Para Trovão (2008), até o início do século XX havia um “vazio” – sobretudo no centro-sul do estado - favorável à ocupação de migrantes, resultante de brechas entre os espaços ocupados pelo avanço das frentes de expansão litorânea e pastoril no Maranhão:

Na primeira década do século XX teve início, embora de maneira inicialmente tímida, uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e da dificuldade de mão-de-obra no próprio Nordeste, usaram como porta de entrada três lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas pelo Vale do Paraíba, tendo como entrada Floriano e Teresina. Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu Estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas. (TROVÃO, 2008, p. 24-25).

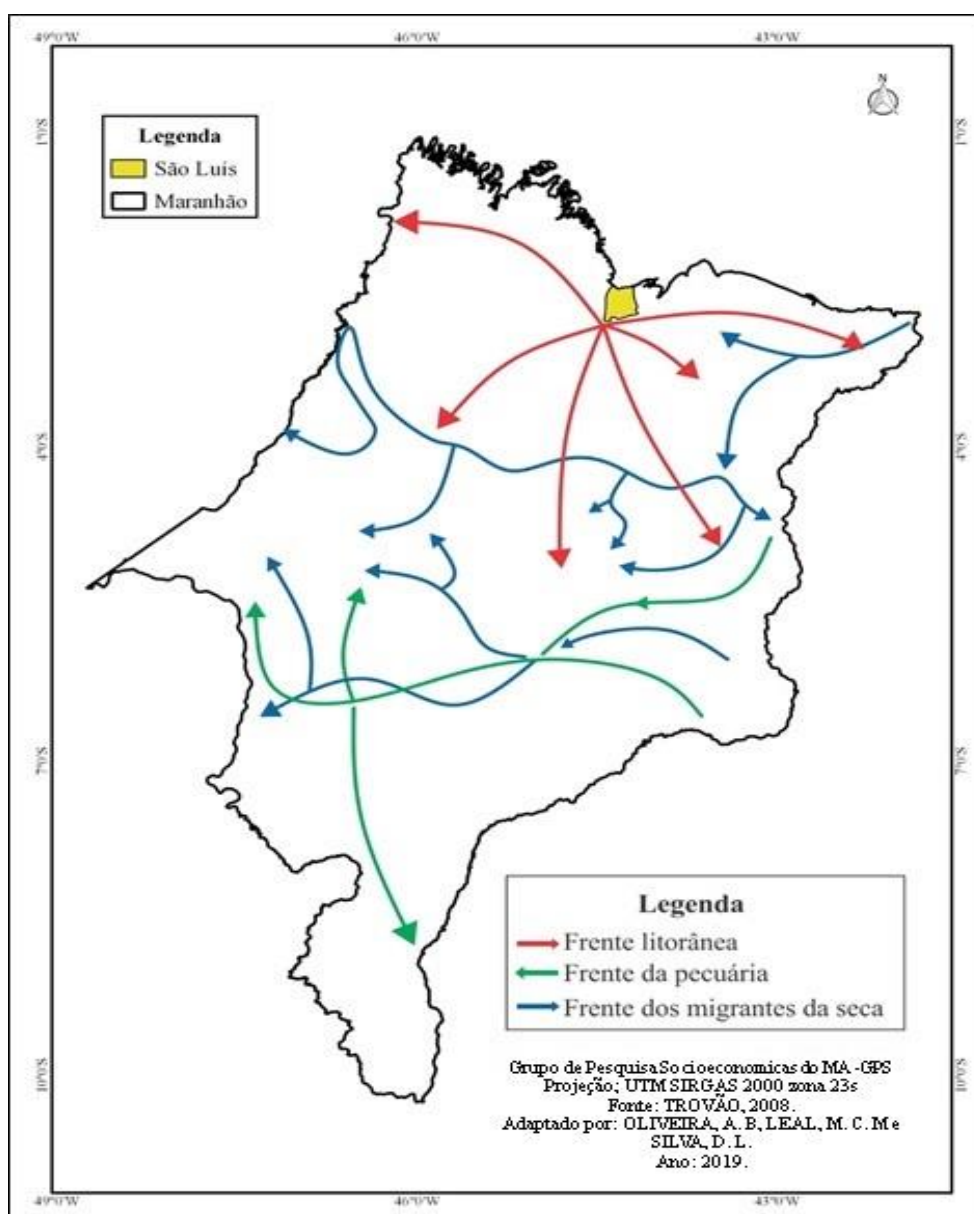
Para o autor, a grande extensão de terra e as condições geográficas favoráveis a atividades econômicas voltadas ao setor primário favoreciam os processos de ocupação, a despeito dos conflitos existentes, pelo fato de ser esse segmento econômico o mais buscado pelos migrantes para atuar profissionalmente no Maranhão. Assim, o desenvolvimento e a diversificação da produção agrícola no estado devem ser considerados como consequência da fixação do migrante nordestino.

Ao observarmos as frentes de expansão da estrutura agrária na região amazônica, podemos considerar que a decadência do primeiro ciclo da borracha (entre 1879 e 1912) promoveu a partir de 1920 o agravamento das correntes migratórias, proporcionando, em direção ao Maranhão, frentes de migração de dois grupos principais: maranhenses em regresso e nordestinos de outros estados, por exemplo, cearenses, piauienses e pernambucanos (PINHEIRO; TRIBUZI, 1981; VELHO, 1972)

Nesse mesmo contexto de decadência e mudança incluem-se os deslocamentos populacionais registrados no Nordeste, provocados pelas secas do final dos séculos XVIII e XIX e início do século XX, originando uma migração de parte da população de Pernambuco, Paraíba, Piauí,

Bahia e Ceará em direção aos sertões de Pastos Bons, no Maranhão. Em função dessas mudanças, as frentes agrícolas e pastoris avançaram no sertão de Pastos Bons, prosseguindo pelo sul maranhense. Tal frente veio somar à pecuária, em franca expansão no sul do estado, que, além de carne, produzia outros derivados do couro comercializados na Bahia, no Pará, Piauí e Pernambuco (TROVÃO, 2012).

Em 1932, o Estado do Maranhão empreendeu ações articuladas às políticas do governo federal no sentido de subsidiar a vinda de migrantes atingidos pelas secas do sertão de Caicó para áreas de fronteira agrícola no Médio Mearim. Levas de “retirantes” embarcaram no Porto de Natal com destino a São Luís, de onde foram levados para a Colônia de Lima Campos, localizada a quatro léguas da cidade de Pedreiras. A partir de então, pode-se observar em outros anos de seca (1942, 1953 e 1958) a chegada de novas levas em movimentos espontâneos, provavelmente impulsionados por notícias positivas sobre a região (FERREIRA, 2011).



**Figura 2 - Frentes de ocupações no Maranhão.**  
**Fonte:** Trovão (2008) adaptado pelos autores (2019).

A partir do contexto referente aos fluxos migratórios para o Maranhão, a Figura 2 demonstra as frentes de ocupações no estado. No início do estabelecimento da pecuária extensiva, as unidades produtivas maranhenses mais importantes eram as fazendas, localizando-se principalmente na região dos rios Munim, Itapecuru e Parnaíba, estendendo-se para a ribeira dos rios Pindaré e Mearim. Toda a atividade demandava e exigia articulação comercial com vários núcleos econômicos, estabelecendo uma densa rede de negócios (MESQUITA *et al.*, 2015; TROVÃO, 2008).

De acordo com Mesquita *et al.* (2015), as peculiaridades do território maranhense articulado pelo litoral, os vales de rios e o sertão também responderam pelo modelo e pela dinâmica das atividades econômicas implantadas. Em razão do contexto histórico, durante três séculos e meio a economia do Maranhão e da Amazônia permaneceu limitada ao extrativismo e ao comércio de produtos primários, cujo valor e demanda eram altos no mercado europeu. O resultado disso é que as atividades produtivas se resumiam a penetrar na floresta e nos rios para coletar matéria-prima, diferentemente do modo de produção implantado no nordeste brasileiro, onde prevalecia a monocultura da cana-de-açúcar. Tais particularidades definiram bem as três principais correntes migratórias destacadas por Trovão (2008) e também definem outras estabelecidas no final do século XX e início do século XXI.

### 3. MIGRAÇÃO E MOBILIDADE DO TRABALHO

O capitalismo enquanto sistema econômico, em face das contradições inerentes à sua existência, tem ocasionado ao longo do tempo inúmeras implicações nas sociedades em razão das formas de exploração da força de trabalho. As sucessivas reestruturações produtivas e as modificações no mundo do trabalho englobam um processo de intensa flexibilização, fragmentação, terceirização e precarização das forças produtivas (HARVEY, 2013).

Com a crise dos modelos produtivos de organização do trabalho taylorista e fordista a partir da década de 1960, tornou-se imprescindível a adoção de um novo modelo de produção e sistematização dos processos de trabalho. Contudo cabe ressaltar que é nesse contexto que se insere uma reestruturação produtiva baseada quase exclusivamente no padrão de flexibilização da força de trabalho, onde o trabalhador passa a ser visto como polivalente, implicando uma maior qualificação e desterritorialização, evidenciando, assim, as novas formas de exploração do trabalhador e trabalho pelo capital (HARVEY, 1999; ANTUNES, 2001).

Nesse contexto, essas transformações são verificadas com base na diminuição dos trabalhadores industriais, expansão do trabalho assalariado, no trabalho em tempo parcial e temporário e trabalho precário. Sem dúvidas, “há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2006, p. 50).



Tendo em vista esses aspectos, a composição de uma nova ordem de acumulação atende à lógica de reprodução do capital baseado em novas tecnologias e novos métodos de organização do trabalho, tornando, assim, o termo “flexibilização” uma palavra de ordem. Tal flexibilização, assim como em outros momentos da história, significa também desterritorialização, em níveis de fluidez quase tão constantes quanto os dos fluxos de bens, serviços e mercadorias (HARVEY, 1999, 2013).

Vale ressaltar que “força de trabalho” e “trabalho” não são sinônimos, como possa parecer. O *trabalho* é a produção palpável de bens de consumo por intermédio da transformação da matéria-prima em mercadorias através do emprego de energia humana (trabalho vivo) ou maquinaria (trabalho morto). Já a *força de trabalho* é a competência de realizar trabalho útil, isto é, a força de trabalho entende o conjunto de faculdades físicas e mentais existentes na personalidade e no corpo de um ser humano, elementos que ele põe em exercício toda vez que produz valores de uso (MARX, 2010).

Desta forma, o trabalho é um dos principais fundamentos de desenvolvimento do processo econômico produtivo capitalista, é o principal elo no processo de autonomia e capacidade produtiva das pessoas. É mediante a atividade do trabalho que o homem se torna um ser social, criando condições de evolução em ambas as dimensões, isto é, condições objetivas de existência e condições de realização de trabalho (MARX, 1988; PELIANO, 1990). Consequentemente, a produção capitalista requer uma troca de relações, “mercadoria e dinheiro”, entretanto, sua diferença intrínseca é a compra e venda da força de trabalho. Assim, “a força de trabalho é, portanto, uma mercadoria que seu proprietário, o trabalhador assalariado, vende ao capital” (MARX, 2010, p. 30).

A lógica do capital e do seu sistema produtivo forma-se no centro da sociedade por meio do “ser social”, sendo fundamental a existência de migrantes para que o sistema produza em meio às diversas discontinuidades espaciais. Para funcionar, a estrutura de organização capitalista necessita de trabalhadores (força de trabalho) circulando de um lado para outro, como um exército de reserva; o agente mais passível de flexibilização dentro do processo econômico é justamente o trabalhador.

Segundo Becker (2006), a migração poder ser definida como *mobilidade espacial da população*, tornando-se um mecanismo de deslocamento populacional. O processo migratório deve ser observado e visto como um processo social, de modo que a classe social seja considerada antes mesmo do sujeito, sendo equivalente a uma unidade de observação (SINGER, 1976).

No momento em que um grupo social é colocado em movimento, ele cria um fluxo migratório de longa ou curta duração, podendo englobar vários pontos de origem e destino (SINGER, 1976). Os motivos, quaisquer que sejam, são individuais, evidenciados nas condições gerais que induzem os grupos a migrar. Por outro lado, as causas da migração são estruturais e determinam os desdobramentos do fluxo no espaço e no tempo (SALIM, 1992). Nesse sentido, Salim (1992, p. 125), relaciona “[...] o fenômeno social migração a outros fenômenos sociais que historicamente são

determinados e se relacionam a processos de mudança na estrutura da sociedade, da economia, da política, que contextualizam sua dinâmica”.

Ainda segundo Salim (1992), a migração dispõe de uma expressão demográfica e econômica, em outras palavras, os movimentos populacionais representam a mobilidade geográfica das pessoas em suas mais diversas esferas da vida, entre elas, a do trabalho. Há, dessa forma, que se considerar que diante das disparidades espaciais de fatores de produção e transformações oriundas das reestruturações produtivas, como a mudança de unidades fabris industriais, os agentes econômicos criem e influenciem inúmeras formas cotidianas de mobilidade, entre elas a migração.

A mobilidade da força de trabalho, outro agente de análise sobre migração, apoia-se principalmente na concepção marxista do trabalho, levando em conta a relação capital/trabalho e sua reprodução e produção. Diante desse tronco teórico, a migração deixa de ser reflexo do espaço modificado para atuar como condicionante de transformação através da subordinação do trabalhador às superestruturas econômicas (SALIM, 1992; GAUDEMAR, 1997).

Assim, os “seguintes da população deslocam-se no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento” (SALIM, 1992, p. 131). Sob uma abordagem marxista do trabalho, Gaudemar (1977, p. 58) considera que a mobilidade do trabalho consiste num processo cujo fim é disponibilizar “os homens, os seus corpos e os seus espaços de vida [para a contínua] valorização do capital”. Nessa perspectiva, o autor explica:

A mobilidade da força de trabalho é, assim, uma característica do trabalho submetido ao capital e, por razão, do modo de produção capitalista... A força de trabalho deve ser, portanto, móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos ou impostos; móvel quer dizer apto para deslocamentos e modificações do emprego. (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

A “subordinação” do trabalho ao capital, ao longo dos anos, impõe-se de forma crescente aos inúmeros setores produtivos, apresentando uma sociedade e um “ser social” refém do capital polarizado. As desigualdades regionais, os processos de flexibilização, as acentuações das divisões do trabalho e a constituição de massa de reserva, contribuem para a acentuação cada vez mais crescente da mobilidade do trabalho em consonância com a do capital.

#### **4. METODOLOGIA**

Neste trabalho, considera-se a implantação da unidade fabril da Suzano Papel e Celulose, no município de Imperatriz, como elemento central de mobilidade do capital. A mobilidade do trabalho é considerada a partir de dois grupos distintos: o migrante laboral temporário, com pouca qualificação e destinado a atuar na construção civil da fábrica; e o migrante de maior nível de formação, destinado a atuar no funcionamento da fábrica de modo permanente. Para além de produção cartográfica, foram



construídos gráficos conceituais, comparando os períodos anterior e posterior à implantação fabril. Os dados utilizados foram coletados na Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (2018) e no Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (2018), ambos vinculados a esse ministério.

## **5. INDÚSTRIA EXTRATIVISTA E MOBILIDADE DO CAPITAL E DO TRABALHO NA AMAZÔNIA MARANHENSE**

No início da década de 1990, as indústrias extrativistas de papel e celulose mundiais instauraram um intenso processo de reestruturação produtiva baseada em transformações na flexibilização da planta fabril e dos trabalhadores e em inovações nos processos de produção de sua cadeia produtiva. Tal processo desencadeou novas estratégias organizacionais de concorrência e acumulação. Talvez a principal dessas transformações seja observada na divisão internacional do trabalho: os países do Hemisfério Norte viram significativa desindustrialização das etapas fabris destinadas à produção de celulose, devido ao alto custo socioambiental, e focaram suas produções nas etapas produtoras de papel, de maior valor agregado; enquanto os países do Hemisfério Sul expandiram a etapa destinada à produção de celulose, mais onerosa do ponto de vista socioambiental.

O resultado disso é que em países da América Latina, como o Brasil, houve uma expansão desse tipo de indústria de base extrativista. A implantação da Suzano Papel e Celulose na Amazônia Legal maranhense, mais especificamente em Imperatriz, retorna investimentos econômicos feitos no passado nesse mesmo território, baseados em grandes projetos voltados para o setor primário, como a própria Alumar ou a extensão de transporte de minérios da Vale, na Serra dos Carajás, no Pará.

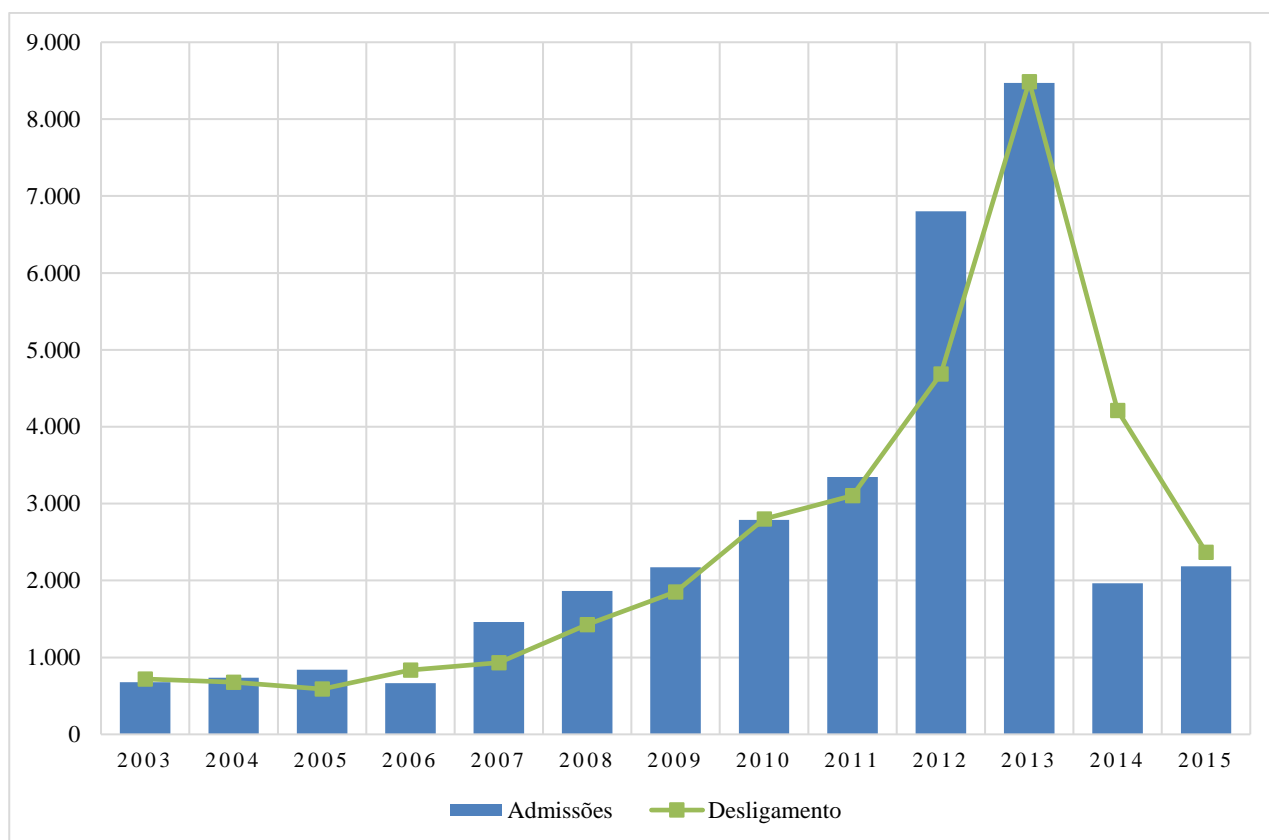
Em busca de particularidades geográficas em abundância na Amazônia Legal, como recursos hídricos em grande quantidade, terra barata, incentivos fiscais e infraestrutura de transportes, a Suzano Papel e Celulose optou pela implantação da sua mais recente unidade fabril no município de Imperatriz, no estado do Maranhão. Sobre esse processo, Oliveira *et al.* (2018, p. 141) destacam que

Em 2009, a empresa Pöyry deu início à implantação da sede da Suzano Papel e Celulose no município de Imperatriz, no estado do Maranhão, com a proposta de ser a maior planta industrial deste segmento no país. A duração da implantação inicial perdurou até o ano de 2015. Além da localização excepcional para o escoamento da produção pelo ramal ferroviário norte-sul até o porto do Itaqui, outros fatores espaciais também foram importantes no processo: a oferta de serviços urbanos para atender à demanda de mão de obra qualificada que residiria no município, a bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, além de áreas extensas para o plantio de eucalipto no Maranhão, Piauí e Pará.

A indústria de papel e celulose é composta por duas principais partes: silvicultura e indústria. Sua cadeia produtiva abrange desde a produção de mudas de eucalipto a serem cortadas em aproximadamente sete anos após a plantação até a produção da celulose propriamente dita, passando pelos vários níveis de corte, transporte e cozimento do eucalipto. Por essas particularidades, tal

atividade produtiva depende de grande planta industrial e de número expressivo de trabalhadores para a sua construção e funcionamento (OLIVEIRA, 2018).

Os trabalhadores constituem enorme contingente de força de trabalho, entendidos como massa de reserva para atender à mobilidade do capital em suas diversas formas. Os processos de desconcentração produtiva e busca por novos espaços compreendem a mobilidade inicial do capital; trata-se da construção da fábrica propriamente dita e de todas as especulações, expectativas e transações financeiras daí advindas. Contudo, para que essa mobilidade (do capital) funcione plenamente, é necessário outro tipo de mobilidade concomitante, inclusive mais flexível que a escolha locacional da fábrica: a força de trabalho. Que analisaremos alguns dados empíricos na figura 3 a seguir.



**Figura 3** - Número de admissões e desligamentos na construção civil (obras civis).

**Fonte:** Dados da RAIS e do PDET (2018), organizados pelos autores (2019).

Expressa em sua grande maioria por massas de trabalhadores precários, com pouca educação formal e baixa qualificação técnica, essa força de trabalho é deslocada de maneira itinerante para grandes projetos em fase de construção; o trabalhador móvel é especificamente destinado para atuar na construção civil.

Neste contexto, ao olharmos a figura 3, nota-se um expressivo aumento no quantitativo de trabalhadores vinculados à construção civil a partir do ano de 2008 na microrregião de Imperatriz e

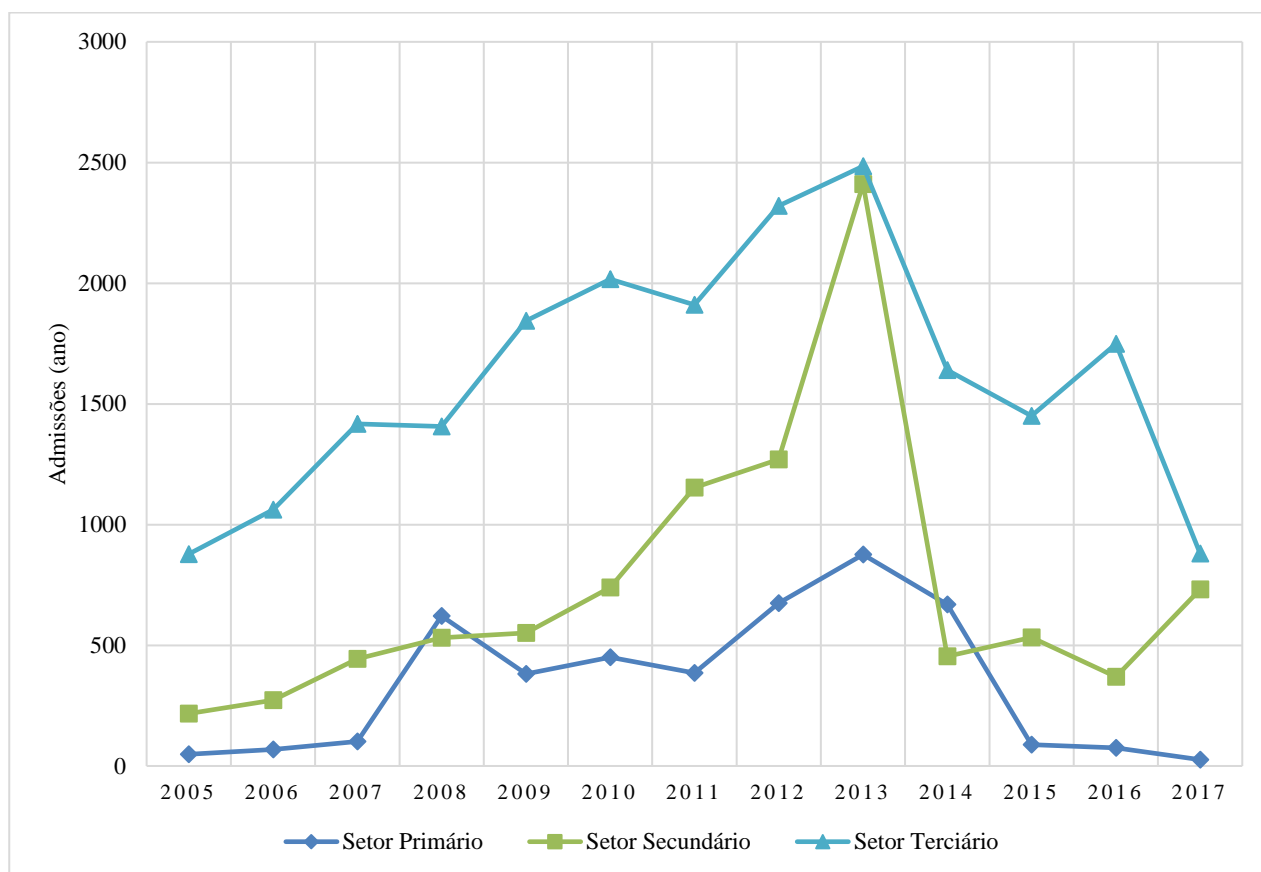
em outros estados vizinhos, como Pará, Tocantins, Piauí e Bahia. Ainda assim, o gráfico não revela a plenitude do contingente de trabalhadores envolvidos em todo o processo de construção fabril, pois nesse tipo de ocupação há grande informalidade e terceirização, e os dados apresentados foram constituídos a partir de relações formais de trabalho, retirados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego e do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.

O ano de 2008 marca o início do recrutamento e fluxo inicial de trabalhadores para atuarem na preparação do terreno e em treinamentos direcionados. A partir de 2009 houve um aumento exponencial de trabalhadores, chegando ao ápice em 2013, considerado o ano de conclusão da etapa que exigiu maior quantitativo de força de trabalho. A mobilidade de trabalhadores girou em torno de uma sazonalidade de apenas cinco anos.

Pontua-se que a mobilidade do grande capital requer acompanhamento de capitais de diversos tipos, representados diretamente por empresas complementares, ou indiretamente por empresas que veem nas transformações econômicas uma oportunidade. Como consequência, formase um contingente significativo de trabalhadores (muitos dos quais nem sempre percebidos, como os que atuam na informalidade) que se movem intra e inter-regionalmente com base nos capitais intermediários atraídos e criados a partir do ator hegemônico e seu processo de implantação.

Pode-se entender melhor essa mobilidade observando a figura 4, abaixo, que, assim como o gráfico anterior, foi construído a partir de dados oficiais, logo, não abrangendo a totalidade do fenômeno. Segundo a figura 4, sobretudo entre 2008 e 2013, há um período principal de construção e aumento do número de trabalhadores vinculados aos setores primários e terciário, principalmente este último. O setor terciário aparece como fornecedor de grande demanda de elementos de uma “cadeia de construção”, como peças, equipamentos, automóveis, insumos, matéria-prima etc.

Seguindo essas mudanças, o setor secundário apresentou aumento no número de contratações entre 2008 e 2013, com queda do quantitativo em 2014, ano de início pleno de funcionamento da fábrica. Tal queda é resultante dos processos de treinamento, formação e capacitação de empregados em diversos níveis. Após as seleções, aqueles não classificados são desligados. A possibilidade de treinar e escolher dentre enorme contingente de candidatos deve-se ao grande quantitativo de massa de reserva local e advinda dos fluxos de migrantes laborais.



**Figura 4** - Número de admissões e desligamentos – Setores Econômicos.  
**Fonte:** Dados da RAIS e do PDET (2018), organizados pelos autores (2018).

Evidencia-se mais detalhadamente essa mudança nos setores produtivos à medida que, a partir do ano de 2012, surgem na Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (2018) empregos formais em profissões que anteriormente não existiam no município de Imperatriz passam a aparecer em registros oficiais, como apresentado na tabela 1 expressa a seguir.

**Tabela 1:** A mobilidade do emprego.

Operador de máquina de fabricar papel e papelão	Operador de digestor de pasta para fabricação de papel
Operador de branqueador de pasta para fabricação de papel	Cilindreiro na preparação de pasta para fabricação de papel
Gerente de produção e operações florestais	Técnico de celulose e papel
Técnico em maquinário florestal	Supervisor da área florestal
Operador de calcinação	Operador de caldeira

**Fonte:** Dados da RAIS e do PDET (2018), organizados pelos autores (2018).

Mais do que flexibilizar a força de trabalho territorialmente para que ela se mova, seja por atração direta, seja pelas oportunidades de emprego que surgem a partir da implantação de grandes projetos, a mobilidade se traduz também na transformação de trabalhadores em novos trabalhadores. Em específico, o migrante laboral, em muitas situações não tendo sua plena inserção profissional a partir de suas qualificações (ou mesmo ausência desta) se submete a uma nova reestruturação de suas

capacidades produtivas a partir de sua requalificação formal. As profissões apresentadas na tabela 1 apresentam esta particularidade na medida em que estas só aparecem em base de dados oficiais de trabalho e emprego a partir do processo de implantação fabril, o que coincide com a atração de trabalhadores em diversas escalas: inter e intrarregionais.

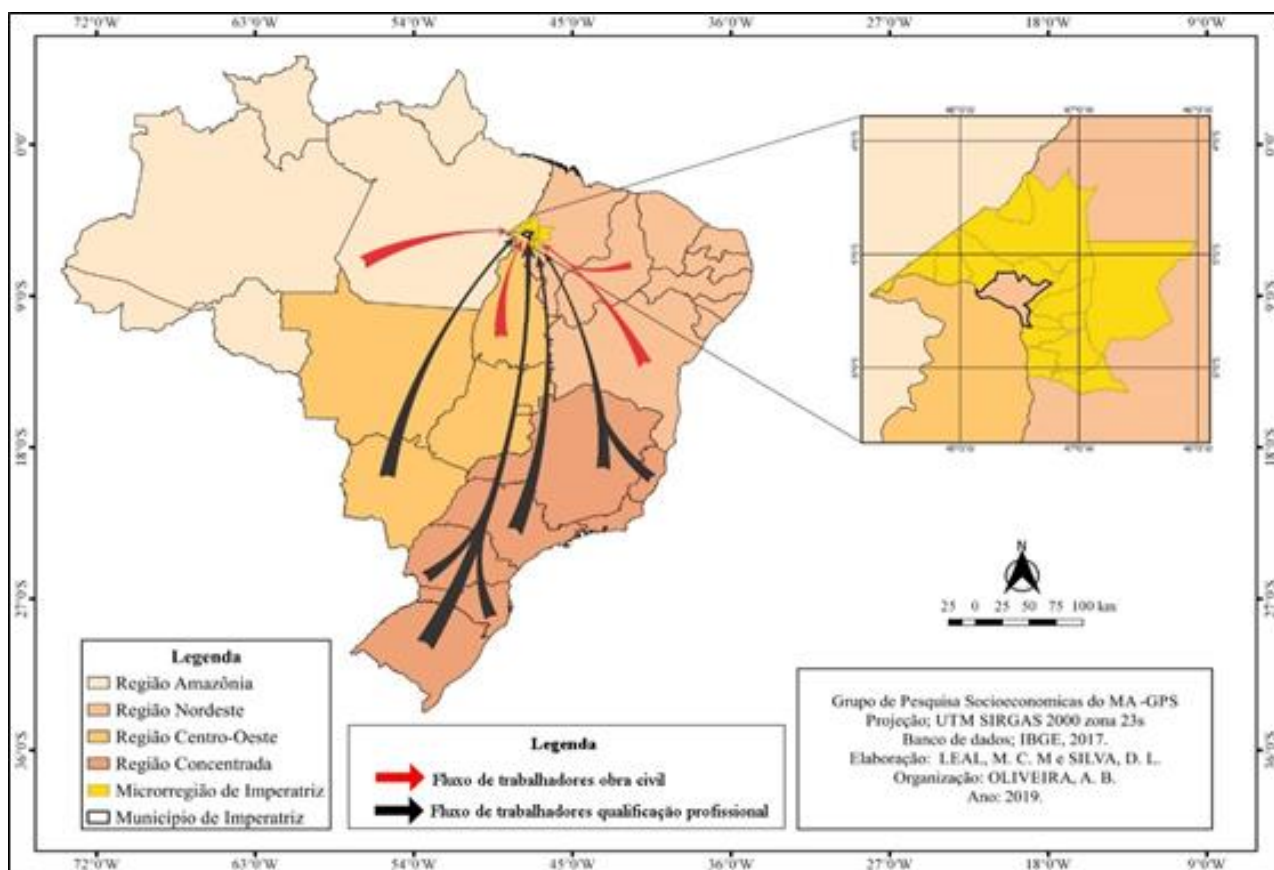


**Figura 4** - Trabalhadores na unidade fabril da Suzano em Imperatriz – MA.

**Fonte:** Os autores (2018).

A mobilidade do trabalho no contexto da reestruturação produtiva mantém-se por meio do discurso de qualificação do trabalhador, geração de emprego e renda e da vulnerabilidade econômica daqueles que precisam se inserir na cadeia produtiva. Em específico, ela pode ser compreendida a partir de dois grupos: trabalhadores estáveis e periféricos. Nesse contexto, a flexibilização do trabalho dá-se em função dessa mútua relação em que a periferia pode ser vista a partir do trabalhador local e de outros estados, que se move para trabalhar temporariamente, busca se inserir em processos de contratação estáveis e passíveis de demissão ainda no processo de treinamento. A distinção entre a mobilidade dos trabalhadores (estáveis e periféricos) pode ser visualizada com mais detalhes na Figura 6, a partir da constituição dos tipos de fluxos intra e inter-regionais.

Embora o termo “estável” talvez pareça complexo diante das atuais transformações no mundo do trabalho vividas no país, parece-nos sensato considerar que esse tipo de trabalhador, mesmo que em situação de mobilidade, partilhe de circunstâncias diferentes em determinados níveis espaciais. A primeira delas trata do nível de qualificação e experiência prévia no segmento, o que faz com que os trabalhadores migrem sem a incerteza do trabalho ou de sua parcialidade.



**Figura 6** - Fluxos de migrantes laborais para Imperatriz em face da implantação da Suzano.

**Fonte:** Os autores (2019).

Na Figura 6, os fluxos em vermelho representam os grupos de trabalhadores periféricos voltados para a construção civil da fábrica, atraídos de estados vizinhos das regiões Norte e Nordeste, além de trabalhadores da própria microrregião de Imperatriz. Os fluxos na cor preta representam a mobilidade daqueles com maior nível de formação profissional e experiência na cadeia produtiva de papel e celulose. Eles convergem para os estados onde há maior concentração desse tipo de atividade industrial no país (OLIVEIRA, 2018), e de modo semelhante ao outro grupo respondem por engenheiros florestais, químicos, ambientais, mecânicos, de produção, dentre outros. Muitas dessas formações inexistiam na região até a implantação da fábrica no município.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão apresentada, compreende-se que o processo da implantação da Suzano Papel e Celulose no município de Imperatriz configurou-se como importante processo de reestruturação produtiva local. A mobilidade do grande capital, representada pela desconcentração desse tipo de indústria da região concentrada do Brasil, traduz-se na reconstituição de ciclos econômicos baseados nesse tipo de empreendimento outrora inseridos no estado, principalmente na Amazônia Legal, como o Projeto Grande Carajás, no Pará, e a Alumar, no Maranhão, ambas vinculadas ao Porto do Itaqui, no litoral maranhense.



Essa mobilidade de capital atraiu e impulsionou um contingente expressivo de trabalhadores para atuarem em atividades produtivas e em momentos distintos da implantação fabril. Em relação ao grande número de trabalhadores empregados em atividades mais “precárias”, muito nem são contabilizados pela base de dados utilizada neste trabalho, devido a alta informalidade e instabilidade do emprego nesse segmento. Há desta forma a intensificação das formas de poder exercidas pelos atores hegemônicos econômicos que refletem em enormes impactos no território local e no próprio trabalho.

Paralelamente a esse grupo de migrantes laborais, emerge o grupo daqueles que foram atraídos diretamente para atuar no segundo momento: o funcionamento fabril. Compreendendo primordialmente aqueles com nível de formação superior em engenharias ainda inexistentes no município-sede da fábrica e também por outros com experiência na cadeia produtiva, esses trabalhadores foram remanejados, transferidos, atraídos para acompanhar a flexibilidade produtiva. Ambos os grupos construíram formas temporais e provisórias de permanência local, agregando novas formas de trabalho, conteúdos produzidos e sujeitos agentes à Amazônia maranhense em decorrência do ator hegemônico então instalado.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, C. **Capítulos da História Colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 196p.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 288p.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 35-48.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 319-367.
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 180p.
- \_\_\_\_\_. Fronteira e urbanização repensadas. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 357-371, 1985.
- \_\_\_\_\_. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parc. Estrat.**, Brasília, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2001.
- BENCHIMOL, S. **Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 1992. 305p.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000. p. 1-44.

CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado**. São Luís: SIOGE, 1992. 177p.

COUTINHO, M. **Imperatriz**: subsídios para a história da cidade. São Luís: SIOGE, 1994. 238p.

FERREIRA, M. M. G. Migração de nordestinos para o Médio Mearim-MA (1930-1960): literatura regional e narrativas orais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-13.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 403p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999. 352p.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. 842p.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1988. 856p.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão popular, 2010. 144p.

MESQUITA, B. A.; MOTTA, C. M.; PEREIRA, J. J.; FERREIRA, N.C.; BARBOSA, Z. M. Formação Socioeconômica do Estado do Maranhão. In: CASTRO, E. R; CAMPOS, I. (Orgs.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. cap. 6, p. 225-320.

OLIVEIRA, A. B.; PEREIRA, J. M.; NASCIMENTO, A. A. Cadeia produtiva de papel e celulose e transformações recentes no sudoeste maranhense. **Revista Interespaço**, Grajaú, v. 4, n. 12, p. 135-154, 2018.

OLIVEIRA, A. B. Implantação industrial, reestruturação produtiva e alterações no mercado de trabalho no sudoeste maranhense (2008-2018). In: SANTOS, L. C.; SEABRA, G. F.; CASTRO, C. E. (Org.). **Geografia: trabalho, sociedade e meio ambiente**. São Luís: Eduema, 2018. p. 340-360.

PDET - **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2018. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

PELIANO, J. C. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: Editora UnB, 1990. 154p.

PINHEIRO, G.; TRIBUZI, J. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981. 60p.

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. **Anuário Rais (2008-2017)**. [Brasília, DF]: Ministério do Trabalho e Emprego, 2018. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Abep, 1992. p. 119-144.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. A. (Org.) **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980. p. 211-244.

TROVÃO, J. R. **Frentes de ocupação do espaço maranhense**. São Luís: UFMA/PPPG, 2012.

\_\_\_\_\_. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. 36p.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrícola**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 172p.

VIVEIROS, J de. **História do comércio do Maranhão: 1612-1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

Trabalho enviado em 28/06/2019

Trabalho aceito em 11/07/19